



Índice

- 01** [Nossos índios, nossos mortos - O processo de extinção](#)
- 02** [Índios rejeitam nova área para aldeia oferecida pela prefeitura de Maricá](#)
- 03** [Índios Caiuás realizam manifesto por mais saúde na rodovia MS 386](#)
- 04** [Comissão do Senado aciona ministério da Justiça em favor dos índios](#)
- 05** [Deputados escoltam Bacha e índios dão novo prazo para retirar gado](#)
- 06** [Integrantes de ONGs apoiam índios em ocupações. Mas eles, ongueiros, nunca se mostram](#)
- 07** [Ruralistas preparam paralisação nacional de rodovias](#)
- 08** [Para ajudar os índios Guarani Kaiowá](#)
- 09** [Deputados decretam 'greve' até o fim do conflito de índios e proprietários rurais](#)
- 10** [MP proíbe turismo de pesca em área indígena da Amazônia](#)
- 11** [Demarcação de terras indígenas será tema de debates na Assembleia](#)
- 12** [Mulheres indígenas expulsam coordenadora do DSEI Tocantins de Assembleia](#)

Nossos índios, nossos mortos - O processo de extinção

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 23.05.2013

(*) Luciano Martins Costa



A Folha de S. Paulo traz na edição de quinta-feira (23/5) reportagem sobre novo caso de abusos contra a população indígena. O jornal relata o desmantelamento de uma quadrilha que explorava sexualmente crianças e adolescentes de quatro etnias que vivem na região de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Concluindo uma investigação que foi chamada de Operação Cunhatã (menina, em

tupi), a Polícia Federal prendeu nove pessoas acusadas de organizar um “comércio de virgindade”, tirando proveito da pobreza de meninas de 12 a 16 anos.

A reportagem traz um retrato sucinto da situação no município, que faz fronteira com a Colômbia, onde o crescimento do núcleo urbano e da agropecuária causa grandes impactos na vida das populações nativas. Entre esses povos vivem remanescentes de tribos originárias do tronco linguístico arauaque, a linhagem que recebeu Cristóvão Colombo no Caribe, além de comunidades da família tucano.

A população indígena da região tem sido prejudicada pelo crescimento da cidade e pela ação de madeireiros e traficantes, o que vem exigindo a permanência de forças federais, que realizam periodicamente ações de repressão como a que levou ao caso relatado pela Folha.

São Gabriel da Cachoeira é considerada a cidade mais indígena do Brasil, por causa da predominância dos nativos na população. No entanto, só muito recentemente seus representantes conseguiram chegar ao poder político local, depois de longas negociações entre líderes das duas etnias dominantes. Por isso, surpreende de certa forma que as condições de vida dos indígenas tenha se deteriorado tão fortemente.

Por outro lado, a Operação Cunhatã apenas revela o trabalho que precisa ser feito em outras regiões onde o convívio forçado com os brancos está dizimando a população indígena.

A questão indígena não costuma sensibilizar as redações das grandes cidades do Sudeste. Em geral, a chamada grande imprensa trata de casos pontuais, como a operação policial em São Gabriel. No entanto, o rastreamento de algumas notícias recentes pode levar à conclusão de que está em andamento um processo organizado para reduzir as áreas destinadas às populações nativas e reverter a política de proteção adotada nos últimos anos.

Jornalismo reacionário

CONT.



Esse processo pode ser observado a partir de uma reportagem publicada no dia 10/5 pelo Valor Econômico, na qual o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, se vê obrigado a desmentir notícias de que a mudança anunciada no processo de demarcação de terras indígenas enfraqueceria a Funai.

Dois dias depois, o Conselho Indigenista Missionário denunciou o que chama de "retrocesso histórico" – o plano da ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, de atender aos interesses da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), ao pretender alterar o modelo de demarcação.

Na Funai, comenta-se que a ministra estaria buscando uma aliança com o agronegócio do Paraná, onde viria a ser candidata a governadora.

Uma semana antes desse embate, a coluna "Painel", da Folha de S. Paulo, havia publicado nota afirmando que "após ouvir protestos de produtores rurais no Mato Grosso do Sul e no Paraná contra estudos de demarcação de terras indígenas pela Funai, a presidente Dilma Rousseff decidiu mudar a cúpula do órgão. Os ruralistas reclamam que o órgão incentivou a invasão de fazendas por índios em áreas onde não viviam antes do início dos estudos". A nota da Folha não questiona a origem da informação e o jornal não se interessou em verificar se a acusação era fundamentada. O alvo dos ruralistas, agora também visado pela ministra Hoffmann, é a presidente da Funai, Marta Azevedo, considerada intransigente pelos representantes do agronegócio.

No dia 16/5, a agência de notícias Reuters distribuiu reportagem sobre conflitos em Mato Grosso do Sul envolvendo fazendeiros e índios Terena. O texto afirma que a política indigenista do Brasil é considerada uma das mais progressistas do mundo, mas a violência cresce desde que o país se tornou uma superpotência agrícola mundial.

O agronegócio não atua apenas por suas entidades representativas: além de contarem com o apoio explícito da mídia em geral, os ruralistas divulgam material jornalístico pelo site Questaoindigena.org, registrado em Bellevue, estado de Washington, nos Estados Unidos, sob domínio protegido.

Há, claramente, um esquema para minar o sistema de proteção das populações nativas, e a imprensa faz parte dele ou está se omitindo. O pensamento oficial dos ruralistas pode ser sintetizado em reportagem publicada pela revista Veja há três anos, sob o título "A farra da antropologia oportunista", um verdadeiro clássico do jornalismo reacionário.

Nem mesmo o mais radical defensor da expansão ilimitada do desmatamento e da extinção dos indígenas faria melhor.

(*) Jornalista do Observatório da Imprensa



Índios rejeitam nova área para aldeia oferecida pela prefeitura de Maricá

SÍTIO SÃO GONÇALO ON LINE, 22.05.2013

A tribo indígena guarani M'Byá rejeitou, ontem, a oferta da prefeitura de Maricá de uma área de 687 mil metros quadrados no bairro Caxito para instalar sua aldeia no município. Em abril, outras duas áreas, uma em Bambuí e outra em Ponta Negra, também não foram aceitas pelos índios, que ocupam atualmente um terreno privado dentro da área do futuro resort São Bento da Lagoa.

Representados pelo cacique Darci Tupã e acompanhados pelo antropólogo e diretor da Fundação Nacional do Índio (Funai), Miguel Vicente Foti, parte da tribo visitou, com representantes do Executivo, o novo local oferecido pela prefeitura, que embora não seja parte envolvida na questão, está interessada em garantir a cultura e a manutenção das tradições indígenas na cidade.

Representando o prefeito Washington Quaqué, que determinou como prioridade o respeito aos costumes indígenas, os secretários municipais de Assuntos Federativos, Fabiano Filho, e de Direitos Humanos, Miguel Moraes, acompanharam os índios em visita ao local.

Uma nova reunião entre o representante da Funai e a empresa proprietária da área onde os índios estão instalados será marcada.



Índios Caiuás realizam manifesto por mais saúde na rodovia MS 386

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 23.05.2013

Índios Guarani Caiuá moradores da Aldeia Amambai, realizaram na manhã dessa quinta-feira, dia 23, um manifesto pacífico em prol de melhorias da qualidade dos serviços de saúde da comunidade, na rodovia MS 386 que liga Amambai à Ponta Porã, próximo a uma das entradas da aldeia.

Os indígenas bloquearam parcialmente ambos os lados da rodovia e distribuíram entre os motoristas que trafegavam, panfletos que explicativos sobre as reivindicações da comunidade. Segundo Italiano Vasques, capitão da aldeia, "o intuito desse movimento é apenas chamar a atenção governamental para a precariedade da saúde indígena, muitas pessoas dizem que nossos pedidos são outros como as demarcações de terras, mais na verdade o que nós queremos e precisamos é de saúde de mais qualidade para o nosso povo". Comentou Italiano.

Entre os questionamentos dos indígenas estão: Espaços físicos dos postos de saúde nas aldeias prestes a desabar sobre os pacientes, postos de saúde sem equipamentos e estruturas necessárias para os profissionais de saúde desempenharem suas funções, viaturas de plantão caindo aos pedaços colocando em perigo os pacientes, falta de combustíveis para atividades dos polos base dentro das aldeias, postos de saúde sem medicamento para a população indígena, falta de saneamento básico dentro das aldeias.

Um dos integrantes do conselho de saúde indígena, Estanislau Lopes relatou que "nós indígenas do Estado, estamos sendo usados para uma disputa de interesses, mais o que na verdade todos nós queremos é uma vida mais digna e com todo o direito a uma saúde de qualidade". Comentou o morador da aldeia.

Os indígenas iniciaram seu manifesto às 07h horas da manhã e encerraram por volta das 11h45, após entregarem seus panfletos de pedidos de ajuda a uma grande quantidade de motoristas que transitaram pela rodovia MS 386 que liga Amambai à Ponta Porã.

Comissão do Senado aciona ministério da Justiça em favor dos índios
SÍTIO ESTADO DE MINAS, 23.05.2013

Parlamentares querem que seja instalado inquérito na pasta da Justiça para apurar violações contra povos indígenas



Senador Randolfe Rodrigues (C) defendeu na Comissão de Direitos Humanos apuração rigorosa dos crimes

A Comissão de Direitos Humanos do Senado pedirá ao Ministério da Justiça instalação de inquérito para apurar as violações cometidas contra comunidades indígenas durante o governo militar. Série de reportagens do Estado de Minas revelou a existência do Relatório Figueiredo, elaborado entre 1967 e 1968, em que foram detalhadas as técnicas de tortura e a forma como tribos foram dizimadas pelo regime ditatorial. Até então, acreditava-se que o relatório havia se perdido em um incêndio no Ministério da Agricultura. A decisão de pedir a apuração para identificar responsáveis e possibilidade de reparações aos atingidos foi tomada durante audiência pública convocada em decorrência das matérias publicadas.

“Os dados aterradoros que nós ouvimos hoje, que dão conta da atrocidade cometida contra os povos indígenas, que faria a Gestapo parecer brincadeira de criança, demonstra concretamente que tem que haver uma apuração concreta e rigorosa desses crimes”, defendeu o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), integrante da comissão. “É tempo de apurar os responsáveis por esses atos, que se equiparam a crimes de lesa-humanidade”, justificou.

A comissão vai enviar as notas taquigráficas da audiência pública à Comissão da Verdade e à 6ª Câmara do Ministério Público Federal, além de publicar na internet uma síntese do relatório, que possui mais de 7 mil páginas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 088 / 2013

Brasília, 24 de maio de 2013.

Paralelamente a essas medidas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) já começou uma análise dos documentos para poder subsidiar processos judiciais e tentar acelerar demarcações de terras. Segundo a assessora da Diretoria de Proteção Territorial do órgão, Érica Yamada, por ser um documento oficial, o Relatório Figueiredo poderá comprovar que houve ocupação intencional de terras indígenas onde hoje os ocupantes alegam que nunca houve índios morando. Ela cita, por exemplo, a terra dos cadiéus, no Mato Grosso do Sul, onde há um impasse na limitação norte. "O relatório mostra que os ocupantes sabiam que se tratava de terra indígenas e que a ocuparam, inclusive, com a anuência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), equivalente à Funai na época", justificou. Os cadiéus aguardam uma definição judicial desde 1983.

Deputados escoltam Bacha e índios dão novo prazo para retirar gado

SÍTIO REGIÃO NEWS, 23.05.2013

A situação do produtor rural mobilizou a classe política, que nesta tarde veio em comitiva para Sidrolândia



Os índios que ocupam há oito dias a Fazenda Buriti deram um novo prazo para que o ex-deputado Ricardo Bacha, dono da propriedade, retire 350 cabeças de gado e os móveis existentes na sede da propriedade rural. Agora, os terenas vão aguardar até a próxima quarta-feira, quando está programada a audiência de conciliação na Justiça Federal que na semana passada concedeu liminar garantindo a reintegração de posse.

Bacha participou nesta quinta-feira da sessão em que os deputados estaduais discutiram a questão da demarcação das terras indígenas. Ele informou na tribuna que tinha até às 17h para retirar 350 cabeças de gado da propriedade. A situação do produtor rural mobilizou a classe política, que rumou em comitiva para Sidrolândia nesta tarde.

Vieram para a cidade o presidente da Assembleia, Jerson Domingos (PMDB), a deputada Mara Caseiro (PTdoB) e os deputados Cabo Almi (PT), Rinaldo Modesto (PSDB), Lídio Lopes (PP), além do presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Francisco Maia.

Como os índios proibiram a entrada de fazendeiros e imprensa, apenas Lídio Lopes e o vereador terena Cleidinaldo Cotócio (PP) seguiram para a Buriti. O restante do grupo ficou no posto Pé de Cedro.

Os terenas permitiram somente a entrada do vereador e se comprometeram a não tocar no gado nem nos móveis da sede até o dia da audiência. Segundo Ricardo Bacha, não há como retirar os bois. "É gado gordo. Não foram vacinados, não tem como tirar de lá", afirma. O fazendeiro reforça que está disposto a vender a área. Na disputa fundiária em Mato Grosso do Sul, os proprietários pedem indenização pela terra nua. Por enquanto, oficialmente, a União só paga pelas benfeitorias.

A invasão de quatro fazendas começou no último dia 15. Em seguida, veio ordem para que os índios saíssem das propriedades até às 15h de sábado. Em vez de sair, eles cercaram a sede da Buriti. "Soltaram bombas e rojões, cortaram a energia elétrica, arrombaram a porta", conta Bacha.

Em nota, a PF (Polícia Federal), declarou que "comissão formada por representantes da Polícia
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 088 / 2013

Brasília, 24 de maio de 2013.

Federal, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal, após vistoria, constatou que o prédio sede da fazenda Buriti não foi invadido, saqueado ou depredado". (Com informações Campo Grande News)



Integrantes de ONGs apoiam índios em ocupações. Mas eles, ongueiros, nunca se mostram

SÍTIO PORTAL ORM, 24.05.2013

Os protagonistas visíveis são índios e alguns outros personagens

Organizações não-governamentais que se debatem - de forma comovente - pela preservação da natureza e pela pureza étnica de comunidades indígenas dispersas por este mundo amazônico deveriam, o quanto antes, pôr a cara no mundo para dizer quem são e o que verdadeiramente pretendem. Frequentemente, algumas ONGs são associadas a manifestações que resultam na suspensão temporária das obras na hidrelétrica de Belo Monte. Os protagonistas visíveis são índios e alguns outros personagens. Os invisíveis são os intrépidos das ONGs. Os índios, no papel que os torna visíveis, porque participantes destemidos de manifestações alardeadas como redentoras do modo de vida que levam nos ermos amazônicos, mostram sempre a cara, que, aliás, normalmente está pintada como se eles fossem para a guerra.

Os integrantes das ONGs, no entanto, nunca são vistos. Geralmente, estão na retaguarda, meio escondidos. Agem na penumbra, às esconsas, à socapa. Quando alguém os flagra em atitudes um pouco mais ostensivas, fazem de conta que estão ali apenas por solidariedade aos nativos. Acredite quem quiser nessas desculpas, que seriam cômicas se não fossem, quase sempre, criminosas, eis que incentivam o esbulho de canteiro de obras públicas, do que resultam altíssimos prejuízos. É preciso que os intrépidos integrantes das ONGs mostrem a cara. Afinal, se lutam por uma boa causa - ou por nobilíssimas causas -, por que permanecerem escondidos? Por que ficam por trás das árvores, enquanto seu parceiros de nobres lutas, os índios, se expõem a reprimendas legais?

Na última ocupação, ocorrida há cerca de duas semanas, o script repetiu-se. Índios - alguns dos quais deslocaram-se de localidades a 800 quilômetros da hidrelétrica que está sendo construída no rio Xingu - e ribeirinhos bateram ponto no sítio onde se instalou um canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte. Resultado: obras paralisadas durante cerca de uma semana. Eles pediam que as obras de todos os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia sejam suspensas até que o processo de consulta prévia aos povos tradicionais, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja regulamentado.

"Estamos aqui para protestar contra a construção de grandes projetos que impactam definitivamente nossas vidas. Para exigir que seja regulamentada a lei que vai garantir a consulta prévia antes de estudos e construções. Mais importante: ocupamos o canteiro para exigir que seja feita a consulta prévia sobre a construção de empreendimentos em nossas terras, rios e florestas", diz o trecho de uma carta divulgada no site de uma das ONGs que apoiaram ardorosamente os protestos. Esta vez, no entanto, não foi como aquelas que passaram.

CONT.



Por determinação da Justiça Federal, a Polícia Federal (PF) vai apurar a participação de ambientalistas na ocupação de um dos três grandes canteiros de obras da hidrelétrica. A abertura de inquérito policial para apurar as responsabilidades dos eventuais envolvidos vai depender da investigação preliminar sobre as denúncias feitas pela Norte Energia, que constrói a usina.

A decisão judicial que mandou investigar a suposta participação de ribeirinhos e ambientalistas é a mesma em que foi negado o pedido de reintegração de posse feito pela empresa. De acordo com o magistrado que assinou a decisão, considerados os "ânimos acirrados", o uso da força policial representaria um "risco de morte para os supostos índios e para os profissionais que participariam do cumprimento da decisão".

Nada mais sensato do que adotar cautelas para preservar vidas humanas. Nada mais sensato, igualmente, do que apurar-se celeremente quem está, realmente, por trás e pela frente de manifestações frequentes que impõem prejuízos enormes ao país.



Ruralistas preparam paralisação nacional de rodovias

SÍTIO BOL NOTÍCIAS, 23.05.2013

Os ruralistas aderiram à estratégia dos índios. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que reúne mais de 200 parlamentares, organiza uma paralisação nacional de rodovias por todo o país.

O objetivo é fechar as estradas no dia 14 de junho. O ato de protesto, segundo o deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), cobra a paralisação imediata dos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas.

"Vamos discutir os detalhes dessa paralisação em reunião na próxima terça-feira, que vai parar as vias principais de transporte do país. Vamos acertar os horários", diz Alceu Moreira (PMDB/RS), que é o autor do pedido da CPI da Funai e do Incra.

No mesmo dia, a frente tem uma reunião com o vice-presidente Michel Temer. "O governo tem, sistematicamente, protelado decisões. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, é especialista em ser educadíssimo, mas quando você sai da reunião, ele acelera as demarcações", criticou Moreira.

Perguntado sobre as razões que levaram os ruralistas decidiram a aderir à estratégia de protesto comumente utilizada pelos índios, Moreira disse que é a única forma que o governo tem se sensibilizado para o tema. "Não temos alternativa, tem que bater a cabeça e paralisar. Essa é a única música que o governo escuta", comentou.

"Vamos mobilizar o país, colocar tratores na estrada. Vamos reunir coordenadores em cada Estado e comunicar a Polícia Federal", disse. "Essa vigarice de demarcação se espalhou no país inteiro. Estamos testemunhando um Estado ladrão."

O governo quer mudar as regras de demarcações indígenas, incluindo no processo dados da Embrapa, do Incra e do Ministério do Meio Ambiente. Essa atribuição, até hoje, é da Funai. Os índios se rebelaram contra a proposta do governo e também prometem manifestação.



Para ajudar os índios Guarani Kaiowá

SÍTIO PÁGINA CULTURAL, 24.05.2013

Um grupo de alunos e professores da Universidade Federal de Uberlândia está se mobilizando para ajudar os índios Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul. Segundo o Coletivo Udi Guarani Kaiowá – criado em outubro de 2012 para promover ações na defesa dos direitos dos indígenas – esses indígenas estão em situação precária devido à falta de perspectiva, à violência, ao desrespeito e à perseguição.

Conforme explica a professora do curso de Teatro Yaska Antunes, integrante do Coletivo Udi Guarani Kaiowá, atualmente duas ações estão sendo realizadas: uma campanha para arrecadar roupas e calçados e outra para levantar recursos, por meio de uma peça de teatro.

Roupas, agasalhos, sapatos e tênis para crianças e adultos podem ser entregues até o dia 27 de maio no Santuário Nossa Senhora Aparecida (Praça Nossa Senhora Aparecida, 100 – Bairro Aparecida), na Paróquia Nossa Senhora do Caminho (Praça Luiz Finotti, 50 – Santa Mônica) ou no Diretório Central dos Estudantes/UFU (2º. Piso do Centro de Convivência – Campus Santa Mônica).

A peça de teatro “Lágrimas de Heráclito” – escrita em 1674 pelo Padre Antonio Vieira, terá toda a sua bilheteria revertida para a compra de alimentos para os Guarani Kaiowá.

Ela está em cartaz, sempre às 20 horas, no Teatro de Bolso do Mercado Municipal, nos dias 26 e 27 de maio e 2, 3, 9 e 10 de junho.

No dia 24 de maio também será realizada uma apresentação na sala de encenação do bloco 3M, no Campus Santa Mônica/UFU.



Deputados decretam 'greve' até o fim do conflito de índios e proprietários rurais

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 23.05.2013

Em sessão marcada por protesto de proprietários rurais, os deputados decretaram, nesta quinta-feira (23), 'greve' até conseguirem audiência com o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo para exibir providências e acabar com o conflito de indígenas com fazendeiros. Eles prometeram não votar nenhum projeto e cogitam realizar sessão em Brasília a fim de pressionar o Governo Federal.

A decisão saiu após manifestação inflamada do proprietário rural Ricardo Bacha na tribuna da Assembleia Legislativa. Ele falou que entende a causa indígena, mas criticou o Governo Federal de não dar uma solução e definiu o clima de tensão como "insuportável". "As reivindicações dos indígenas são legítimas, mas precisa parar com essa guerra senão mais gente vai morrer", afirmou.

Após o discurso, o assunto dominou a sessão e vários parlamentares subiram à tribuna para, principalmente, criticar o Governo Federal. Até o deputado Pedro Kemp (PT), do partido da presidente Dilma Rousseff (PT) e defensor da causa indígena, concordou com os proprietários rurais.

"O Governo Federal é omissa, tem que garantir uma vida digna aos indígenas com terras com possibilidade de sobrevivência, mas também não poder deixar os produtores saírem com uma mão na frente e outra atrás", defendeu. "A solução não é simplesmente a ministra Gleisi Hoffman paralisar as demarcações, isso só vai adiar os problemas", emendou.

Em protesto ao impasse, o presidente da Assembleia, deputado Jerson Domingos (PMDB), decidiu suspender a pauta de votação até que os conflitos entre proprietários rurais e indígenas serem resolvidos. Ele, porém, sinalizou abrir exceção no caso de o governador André Puccinelli (PMDB) pedir urgência a algum projeto.

Líder do governo na Assembleia, o deputado Júnior Mochi (PMDB), cogitou realizar a sessão da próxima terça-feira (28) em Brasília. "Amanhã (24), em reunião com o senador Waldemir Moka (PMDB), vamos decidir a ida dos 24 deputados a Brasília para fazer sessão lá", relatou. "Se não conseguir uma audiência com o Ministro da Justiça, vamos até lá", completou.

Desde a semana passada, índios ocuparam a fazenda de Ricardo Bacha em Sidrolândia e agravaram o impasse em torno das demarcações de terras. O problema já se arrasta há anos em Mato Grosso do Sul.

MP proíbe turismo de pesca em área indígena da Amazônia

SÍTIO PESCA E COMPANHIA, 23.05.2013

Duas pousadas estão sendo investigadas porque ofereceriam serviços em locais que pertencem a tribos indígenas



Uma representação encaminhada pela Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn) fez com que duas empresas de turismo tivessem suas atividades suspensas no Rio Marié e seus afluentes, em São Gabriel da Cachoeira (AM). A medida é válida até que o Ministério Público Federal (MPF/AM) avalie se realmente os empreendimentos estão em situação irregular. As informações são do Portal da Amazônia.

Conforme apurado em inquérito civil público instaurado a partir da representação da Foirn, o MPF constatou a exploração comercial do turismo de pesca esportiva pelas empresas Acute Angling e Liga de Eco-Pousadas da Amazônia dentro das terras indígenas cortadas pelo Rio Marié. Não haveria autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para esse tipo de atividade.

O MPF destaca que o Marié percorre as terras indígenas Alto Rio Negro, Apaporis, Rio Tea e Médio Rio Negro I, todas homologadas por decreto presidencial, sendo utilizado coletivamente como fonte de sustento para aproximadamente 13 comunidades indígenas.

As empresas já receberam a recomendação para interromper a venda de pacotes turísticos e que cancelem os já negociados.



Demarcação de terras indígenas será tema de debates na Assembleia

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 23.05.2013

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul promove na próxima segunda-feira (27), a partir das 14h, audiência pública sobre a problemática da demarcação de terras indígenas no Estado, por proposição dos deputados Mara Caseiro (PTdoB) e Zé Teixeira (DEM), respectivamente presidente e vice da comissão de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas.

Estão sendo convidados para os debates representantes da Assomasul (Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul), Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul) e Funai (Fundação Nacional do Índio), entre outras instituições.

Além dos diversos discursos que fez em plenário e das manifestações das quais participou em apoio aos produtores rurais, Mara Caseiro esteve recentemente em Brasília, participando de reunião da Comissão de Agricultura da Câmara, onde a ministra Gleisi Hoffmann foi sabatinada sobre o assunto.

Ela também debateu o assunto durante reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a quem pediu apoio pelo fim das demarcações de terras consideradas indígenas em Mato Grosso do Sul.

Também participaram do encontro parlamentares de vários estados brasileiros afetados pelo processo demarcatório, além de produtores e presidentes de sindicatos rurais.

Tanto Mara Caseiro quanto Zé Teixeira criticam a demora na tomada de decisão do governo acerca das demarcações e os abusos cometidos pela Funai nesse processo.

Para eles, o maior problema dos indígenas atualmente não é falta de terra, mas de estrutura. Hoje, eles possuem cerca de 13% de todo o território brasileiro demarcado, e esse espaço tem crescido vertiginosamente ao longo dos anos.

Para Zé Teixeira, os índios precisam hoje de um órgão que cuide de seus interesses, e a Funai não tem cumprido esse papel.

Mara Caseiro afirma que se todas as portarias divulgadas pela Funai forem homologadas, a produção no Estado estará fadada ao fracasso, sobretudo no Conesul, a região mais afetada pelo processo demarcatório.(www.conjunturaonline.com.br)

Mulheres indígenas expulsam coordenadora do DSEI Tocantins de Assembleia
SÍTIO SURGIU, 23.05.2013

Com a ausência injustificada do secretário Antonio Alves, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da saúde, a tensão tomou conta da discussão.



Mulheres indígenas expulsaram da II Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins, na manhã desta quarta-feira, 22, a coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Tocantins, Evanecilda Siqueira. Os indígenas exigem a saída dela do DSEI e farão vigília para garantir que ela não retorne ao posto.

Com a ausência injustificada do secretário Antonio Alves, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da saúde,

a tensão tomou conta da discussão. O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), Cleiton Javaé, afirmou que esteve com o secretário em Brasília, na última semana, e Alves garantiu a presença na II Assembleia.

O encontro acontece na Universidade Federal de Tocantins (UFT), em Palmas, e segue até a noite desta quinta-feira, 23. Durante o dia de hoje, saúde é o tema dos debates. "O kupê [branco] veio não sei de onde e quer ver a gente na lama. Dentro de nosso coração a gente sofre e o kupê nos engana, mente, rouba. Então a partir de agora vai ser assim: a gente vai tirar", disse Gercina Krahô.

A questão da saúde é motivo de mortes e indignação para comunidades de todo o país, tal como lembraram as lideranças dos povos de Goiás e Tocantins. "Fizemos isso porque essa mulher [Evanecilda] mente demais. Vocês, kupê, não fazem pior conosco? Não nos expulsam das terras? Não nos matam, deixam morrer e roubam nossos recursos? A gente se desculpa, porque não somos violentos, não é da gente isso. Mas nem o chefe de Brasília [Antonio Alves] vem nos ver, ouvir", completou Gercina.

A expulsão foi presenciada pelas Procuradoras Federais Ana Paula Fonseca, de Goiás, e Aldina Pereira, de Tocantins. "É lamentável que cheguemos nesse extremo. Concordo com tudo isso, sei que não tem mais como acreditar. Na Bahia isso tem acontecido e em outros estados também", frisou Cleiton Javaé.

"Isso que aconteceu aqui é um ato de indignação. Há tempos que estamos engolindo a coordenadora do DSEI, as intimidações dela. O Antonio Alves foi convidado. Por que não veio? As atitudes do governo pioram a situação e esperamos um retorno do MPF", disse Wagner Krahô.